

# **Avaliação do IV Fórum de Governança da Internet (IGF)<sup>1</sup>** **Sharm el Sheikh, 15-18 de novembro de 2009**

## **Associação para o Progresso das Comunicações (APC)<sup>2</sup>**

*Nota introdutória:* o IV Fórum de Governança da Internet (IGF), evento pluralista mundial organizado pelas Nações Unidas para debate e diálogo sobre os temas relacionados à governança da Internet, foi realizado em Sharm-el-Sheik, Egito, de 15 a 18 de novembro de 2009. O IGF é resultado da segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI/WSIS, Túnis, 16-18 de novembro de 2005), e foi realizado também em Atenas (2006), Rio de Janeiro (2007) e Hyderabad (2008). O último IGF será realizado Vilnius, Lituânia, de 14 a 17 de setembro de 2010, e nesse ano será também discutida a continuidade desta iniciativa.

---

A Associação para o Progresso das Comunicações (APC), a mais antiga rede mundial de organizações da sociedade civil que trabalham sobre tecnologias de informação e comunicação (TICs) e justiça social, reconhece a importância do IGF como uma oportunidade única de promover o debate e diálogo entre todos os grupos de interesse, e apoia sua continuidade. Neste documento avaliamos o IV IGF e fazemos algumas recomendações para que este processo siga adiante.

## **Reconhecimento crescente da importância dos direitos humanos na governança da Internet**

O tema dos direitos humanos foi muito mais proeminente neste IGF, tanto nas oficinas como nas sessões plenárias. Foi muito significativo o consenso entre painelistas de todos os grupos de interesse na sessão plenária sobre "Segurança, Abertura e Privacidade" que privacidade e segurança não podem ser barganhadas entre si como prioridades opostas que precisam ser equilibradas. Ambas são igualmente importantes.

A oficinas que tiveram como temas mídia social, liberdade de expressão, liberdade de informação e direitos da sexualidade concluíram que intervenções técnicas, legais e outras com o objetivo de regular o uso da Internet deveriam ser firmemente baseadas em instrumentos de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, e deixar nas mãos das pessoas o controle último sobre suas vidas, ações, interações, expressões e seus dados *online*.

Houve um consenso amplo que o desenvolvimento da Internet deveria levar em conta as referências de direitos humanos existentes (por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos) que podem ajudar a assegurar o reforço de direitos individuais e coletivos relacionados com as comunicações *online*. Muitos concordaram que o IGF deveria identificar mecanismos concretos para defender, garantir e consolidar direitos na Internet na prática e contribuir para os desafios expressos em níveis nacionais e internacional em relação ao desenvolvimento de regulamentação e recomendações que apoiem a aplicação de referências já consensuadas neste campo.

Na oficina sobre regulamentação de conteúdo e direitos de sexualidade, organizada pelo Programa de Mulheres da APC (APC WNSP) em conjunto com a oficina sobre

---

1 Para informações sobre o IGF, visite <http://www.intgovforum.org>.

2 Ver <http://www.apc.org>.

legislação alternativa, participantes argumentaram que a educação do usuário para enfrentar potenciais riscos em um mundo cada vez mais em rede precisa integrar uma abordagem positiva dos direitos sexuais, de modo que possa responder adequadamente tanto ao potencial positivo e negativo da Internet, especialmente em relação às crianças. Excesso de ênfase nos “perigos” da Internet poderia prejudicar seu uso mais amplo por todas as pessoas, seja qual for a idade.

A APC aliou-se aos muitos grupos da sociedade civil que consideraram que uma nova tentativa deveria ser feita para assegurar que os direitos humanos sejam um dos temas principais do V IGF a ser realizado na Lituânia em 2010.

## **Redes sociais, mídia e direito à privacidade**

“Mídia social” foi o tema da sessão final sobre “assuntos emergentes”, bem como de várias oficinas que buscaram lidar com as preocupações dos usuários individuais. Essas preocupações incluíam direito à privacidade, direito à anonimidade *online*, o direito de “apagar e esquecer”, o impacto de dados sendo utilizados para propósitos outros que aqueles pretendidos pelo usuário, dados sendo coletados sem o conhecimento do usuário, e usuários não saberem o que outros sabem sobre eles.

A APC está muito satisfeita ao ver que esta temática está ganhando destaque no IGF. O poder da Internet hoje é sentido através de conteúdos gerados pelos usuários, compartilhamento de conteúdo, e o uso de ferramentas de redes sociais na mobilização de pessoas contra a opressão e a repressão. É vital que as políticas e regulamentações permitam que isso continue enquanto protegem os direitos individuais contra abusos.

Uma linha interessante nessas discussões foi o papel da educação do usuário. Algumas pessoas arguíram que educar as crianças desde os primeiros anos para entenderem seus direitos à privacidade e uso seguro da Internet deveria ser uma prioridade. Outros argumentaram que as crianças e adolescentes estão cada vez mais entrando e usando a Internet por conta própria, e que é pouco provável que esforços para orientá-los sejam efetivos.

A APC acredita que os defensores da privacidade precisam encontrar uma maneira de articular suas preocupações de uma forma que faça sentido para os usuários da Internet e, como uma comunidade na Internet, deveríamos considerar o estabelecimento de normas que possam ser usadas para melhor informar os usuários quando eles inscrevem-se em sítios de redes sociais. Ficou evidente que há necessidade de pesquisa e diálogo sobre regulamentação e políticas, bem como sobre o comportamento dos usuários e das entidades comerciais, e o IGF é o espaço ideal para continuar esta exploração.

## **Acesso<sup>3</sup>**

O tema “acesso” foi um assunto prioritário para a APC nos três primeiros IGFs. Publicamos um texto temático em 2008<sup>4</sup> sobre o consenso obtido em relação aos papéis dos diferentes grupos de interesse (governo, sociedade civil, empresariado etc) e a importância da coerência entre TICs e políticas de desenvolvimento levando em conta regulamentação de interesse público. Para o IV IGF, o desafio foi avançar sobre a base desse consenso, divulgando práticas inovadoras por operadoras e regulares

3 Neste IGF, acesso foi tratado de maneira ampla, incluindo conectividade à Internet, preços razoáveis para o usuário final, diversidade linguística, bem como acesso para pessoas com necessidades especiais.

4 Ver <http://www.apc.org/en/pubs/issue/openaccess/all/building-consensus-internet-access-IGF>.

que contribuíram com êxito para o avanço do acesso à Internet pela população. Infelizmente, a oportunidade de compartilhar estratégias factíveis não foi maximizada e a proposta expressa na sessão de avaliação (*stocktaking session*) do IGF 2008, de trabalhar em mesas redondas menores sobre assuntos consensuados, foi descartada – em consequência, os possíveis avanços sinérgicos foram perdidos.

A APC considera preocupante que muitos participantes sentiam que a penetração maciça de telefones celulares teria resolvido o desafio do acesso. Muitas partes do mundo ainda requerem a implantação em grande escala de fibra óptica que facilite o acesso a preços razoáveis para quem utilize ou venha a utilizar na ponta conexão sem fio. Neste sentido enfatizamos a importância espinhas dorsais de alta velocidade, tanto internacionais como regionais e nacionais.

Poucas pessoas podem até agora ter clareza sobre a banda larga móvel. Quando foram mencionados os dispositivos móveis, considerava-se principalmente telefones com funções adicionais (*smartphones*) com suas facilidades para participação em redes sociais. A Internet móvel é muito poderosa e contribuirá para resolver o problema do acesso para bilhões de usuários individuais, particularmente se forem usados modelos de telecomunicação de baixo preço para acesso à Internet (do tipo “pague só o que usar”). São necessários também a disseminação nacional da banda larga e estratégias que definam os atores-chaves e suas responsabilidades bem como metas para universalização da banda larga que beneficiarão a maioria da população.

Custos e preços razoáveis continuam a ser problemas centrais do desafio do acesso. As agências reguladoras não estão agindo preventivamente contra práticas das grandes operadoras como preços inflados e comportamento anticompetitivo. No entanto, o debate sobre o controle dos monopólios em enlaces internacionais e preços de interconexão extorsivos – especialmente na África e na América Latina – está faltando no IGF. Este é um tema onde o diálogo e uma maior transparência são muito necessários e o IGF é o espaço ideal para iniciar essa discussão.

Estas preocupações foram só parcialmente tratadas neste IV IGF – no entanto, o tema do acesso está agora bem estabelecido como um componente crítico da governança da Internet. A promoção exitosa de estratégias de banda larga que respondam adequadamente a esses desafios é crítica para o próximo estágio da evolução da Internet como um espaço para maior intercâmbio de informação, educação e cultura e como uma plataforma para conteúdo gerado pelo usuário e para a democracia participativa.

## **Uma Agenda de Desenvolvimento para o IGF**

Em várias oficinas e na sessão plenária sobre governança da Internet foi destacada a importância de relacionar a Internet ao desenvolvimento sustentável, à luz dos princípios definidos na CMSI. As questões do desenvolvimento não têm recebido atenção adequada no IGF, com exceção do tema do acesso.

A participação de países em desenvolvimento foi muito baixa e ampliá-la precisa ser uma prioridade para o próximo IGF. A responsabilidade é não somente do secretariado do IGF e dos organizadores das oficinas, mas também dos grupos de interesse dos próprios países em desenvolvimento. No entanto, a obtenção de recursos financeiros terá que ser considerada, em especial para apoiar a participação da sociedade civil, pesquisadores e pequenos e médios empreendedores dos países em desenvolvimento.

Uma maneira de fazer isso é oferecer apoio a moderadores de sessões e palestrantes

de países em desenvolvimento. Durante o IGF notou-se claramente que mais questões e comentários eram recebidos da platéia quando os presidentes de sessões, moderadores e palestrantes eram de países em desenvolvimento.

A construção de uma agenda de desenvolvimento para a governança da Internet contribuiria para que o IGF pudesse tratar adequadamente temas como construção de capacidades, participação de países em desenvolvimento na governança da Internet e no IGF, e temas de política pública que preocupam os grupos de interesse desses países.

## **Perspectivas regionais**

IGFs nacionais e regionais continuam a desenvolver-se e isso é um claro indicador do impacto do IGF. Um painel sobre perspectivas regionais foi incluído na agenda do IGF deste ano. Estes espaço têm um papel importante ao relacionar as dimensões nacionais, regionais e globais da governança da Internet no contexto do IGF como um complexo sistema de políticas. O IGF deveria encontrar caminhos para repercutir as contribuições regionais em sua agenda global de modo mais sistemático. Além disso, os processos regionais e nacionais precisam ser reforçados e a natureza e caráter desses processos deveria ser definida por participantes regionais, nacionais e locais.

A APC considera que preocupações de algumas regiões não estão sendo consideradas pelo IGF pela não existência de fóruns nessas regiões. Encorajamos participantes de regiões como a Ásia Central, estados-ilhas e a África Meridional, onde não têm havido eventos regionais, a realizá-los no próximo ano.

## **Recursos Críticos da Internet (RCI)**

A sessão plenária sobre RCI debateu o novo acordo, conhecido como "Afirmação de Compromissos" (*Affirmation of Commitments, AoC*),<sup>5</sup> entre o governo dos EUA e a ICANN, considerado um passo importante para a internacionalização da governança da Internet. A AoC gerou um novo clima no IGF no qual o contencioso decorrente do controle da ICANN pelo governo dos EUA deixou de ser um assunto central. Os grupos de interesse estão claramente mais confortáveis em relação ao debate sobre RCI e a administração da Internet. No entanto, a continuidade do controle dos EUA sobre o arquivo da zona raiz permanece questionável, e a APC propôs que esse controle seja transferido à ICANN no prazo mais curto possível.<sup>6</sup>

## **Aplicação dos princípios da CMSI: em busca de um código de boas práticas sobre acesso à informação, transparência e participação<sup>7</sup>**

Esta iniciativa conjunta entre o Conselho da Europa, a UNECE<sup>8</sup> e a APC progrediu na consulta sobre o rascunho de um código de boas práticas que foi bem recebido, e várias instituições relacionadas à governança da Internet participaram na revisão do código e expressaram interesse em utilizar o código para avaliar seus processos tão logo a próxima versão esteja pronta<sup>9</sup>. O rascunho recomenda que:

5 Ver <http://www.icann.org/en/announcements/announcement-30sep09-en.htm#affirmation>.

6 Ver intervenção de Willie Currie em [http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm\\_el\\_Sheikh/Transcripts/Sharm%20El%20Sheikh%2016%20November%202009%20Managing%20Critical%20Internet%20Resources.pdf](http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm_el_Sheikh/Transcripts/Sharm%20El%20Sheikh%2016%20November%202009%20Managing%20Critical%20Internet%20Resources.pdf).

7 Ver [http://www.intgovcode.org/index.php/Main\\_Page](http://www.intgovcode.org/index.php/Main_Page).

8 Ver <http://www.unece.org>.

9 Instituições participantes incluíram a Internet Society (ISOC), o World Wide Web Consortium e a ICANN.

- O desenvolvimento e administração de políticas e padrões para a Internet deve ser aberto, transparente e inclusivo.
- Organizações ativas na governança da Internet devem disseminar informação sobre seu trabalho em diversos idiomas.
- Oportunidades para participar no trabalho das entidades de governança da Internet deve ser amplamente divulgadas.
- As entidades de governança da Internet devem estimular ativamente a participação em suas atividades por todos os afetados pelas decisões que estas tomam, independentemente de sua localização física e recursos financeiros.
- Toda informação relevante à governança da Internet e aos processos de decisão deve ser publicada.
- Organizações devem rever regularmente suas políticas e práticas relacionadas a informação, participação e processos de tomada de decisão.

O Código de Boas Práticas é um instrumento que pode ter um papel na implementação prática dos princípios de multilateralismo, transparência, democracia e participação pluralista da CMSI na governança da Internet. Anriette Esterhuysen, da APC, foi uma das moderadoras da sessão plenária sobre governança da Internet à luz dos princípios da CMSI<sup>10</sup>. A sessão explorou até onde o IGF cumpriu seu mandato no parágrafo 72.i da Agenda de Túnis sobre a Sociedade da Informação para “promover e avaliar regularmente a pertinência dos princípios da CMSI nos processos de governança da Internet”. Nessa sessão ficou claro que os princípios da CMSI apresentam certas lacunas quando se trata de promover direitos humanos e desenvolvimento na governança da Internet.

## Participação

A baixa participação de países em desenvolvimento já foi mencionada. É também relevante a participação das mulheres. Se o IGF é para ser uma plataforma pluralista real, atenção especial precisa ser dada à ainda muito profunda brecha de gênero em todos os níveis de participação neste fórum, incluindo a configuração da agenda, a representação e diversidade em cada grupo de interesse.

A participação dos jovens foi um destaque, bem como a participação remota mais efetiva. Aparentemente houve uma queda significativa da idade média dos participantes do IGF este ano. Esta é uma grande conquista e é particularmente importante ao tratarmos de assuntos emergentes como os desafios de políticas públicas apresentados pelas redes sociais.

No entanto, muitas das oficinas e sessões plenárias que trataram do tema da juventude não tinham jovens como palestrantes. A participação remota, ainda que com problemas em alguns momentos, funcionou muito melhor que nos IGFs anteriores. Queremos cumprimentar todos que trabalharam para isso e agradecer os participantes remotos pelo esforço feito para juntar-se ao debate.

## Eventos preocupantes no IGF 2009: o incidente do poster da ONI

No primeiro dia do IGF, em um evento na hora do almoço organizado pela Iniciativa Rede Aberta (Open Net Initiative, ONI), um cartaz sobre um novo livro denominado *Acesso Controlado* (*Access Controlled*) foi removido pelo pessoal de segurança com o argumento que os dizeres violavam a política da ONU. A frase questionada era: “A primeira geração de controles da Internet consiste basicamente na implantação de

<sup>10</sup> Ver [http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm\\_el\\_Sheikh/Transcripts/Sharm%20E1%20Sheikh%2017%20November%202009%20IG%20in%20Light%20of%20WSIS.pdf](http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm_el_Sheikh/Transcripts/Sharm%20E1%20Sheikh%2017%20November%202009%20IG%20in%20Light%20of%20WSIS.pdf).

*firewalls* em pontos-chave das interconexões da Internet; a famosa 'Grande Muralha da China' é um dos primeiros sistemas nacionais de filtragem da Internet".

Aparentemente, a motivação da segurança da ONU foi que o cartaz desagradou a delegação do governo chinês presente no IGF. A APC compreende que o IGF tem que aderir às políticas e protocolos da ONU. No entanto, é lamentável que alguns governos, fazendo uso de seu poder e posição, usam protocolos para prejudicar o debate sobre assuntos relevantes para a governança da Internet, o objetivo central do IGF.

## **Sessão Honorária do País Sede**

No último dia do IGF, a primeira-dama Suzanne Mubarak coordenou uma sessão. O evento e as consequentes mudanças no programa original foram informados aos organizadores das oficinas e sessões plenárias apenas dois dias antes do início do IGF. A inserção de um evento não programado no último dia do evento pelo país sede desorganizou o trabalho do fórum. A intensa segurança requerida, que incluiu a proibição da entrada de telefones celulares e câmeras no recinto, afetou a atmosfera de interação aberta e construtiva entre os grupos de interesse que é um atributo central do IGF.

Isso manchou os esforços exemplares do Ministério de Comunicações e Tecnologia da Informação em sediar o IGF.

## **O futuro do IGF**

A APC apresentou na sessão de avaliação (*stocktaking*) seu apoio à continuidade do IGF depois do término do atual mandato em 2010<sup>11</sup>. Destacamos a importância dos IGFs nacionais e regionais e propusemos que se adotem IGFs temáticos como um modo de explorar mais a fundo os assuntos no período entre as reuniões anuais.

## **Conclusão e recomendações**

O IV IGF foi um pouco cauteloso em relação a inovações ou à inclusão de novos temas controversos para discussão. Essa cautela pode ser parcialmente atribuída ao processo de avaliação do IGF e ao desejo de não criar problemas com qualquer das instâncias de interesse em um momento em que o futuro do IGF está em questão. A AoC, que dá à ICANN maior autonomia em relação ao controle dos EUA, também suavizou os intensos debates dos IGFs anteriores sobre a administração dos recursos críticos da Internet e sobre a cooperação aprofundada relativa a princípios de políticas públicas que afetam essa administração.

O consenso na abordagem dos aspectos igualmente importantes da privacidade e da segurança para a governança da Internet, em contraposição à visão que estas são questões críticas que têm que ser balanceadas ou barganhadas entre si, foi significativo e abre o caminho para a discussão de um padrão global de privacidade. Talvez estes sejam sinais de maturidade – indicam que o IGF pode ter chegado a um certo equilíbrio e aceitação do mesmo como um espaço aberto para um diálogo de políticas construtivo e voltado para o futuro.

Para avançar a APC recomenda o seguinte:

---

<sup>11</sup> Ver [http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm\\_el\\_Sheikh/Programme.MainSessions.html](http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm_el_Sheikh/Programme.MainSessions.html).

## **1. IGFs nacionais e regionais**

A APC, como uma das entidades organizadoras dos IGFs regionais da África e da América Latina e Caribe, apoia a ideia de IGFs regionais que podem definir prioridades regionais e permitir maior participação de múltiplos grupos de interesse no nível regional. Acreditamos que os IGFs nacionais são um mecanismo poderoso para aprendizado, resolução de problemas, ação coletiva e construção de parcerias entre diferentes atores no nível nacional. Podemos comprometer-nos a colaborar na organização de IGFs regionais na África Meridional, Europa Mediterrânea e o Sudeste da Ásia – regiões que a nosso ver não participam adequadamente do IGF global.

## **2. IGFs temáticos**

Para aprofundar o debate sobre certas questões em um contexto mais maduro do IGF, a APC recomenda a realização de IGFs temáticos entre os IGFs globais. Os IGFs temáticos podem oferecer fóruns para indivíduos qualificados de diferentes grupos de interesse aprofundarem assuntos específicos e comunicarem os resultados dos debates às comunidades na Internet, ou a instituições específicas.

Assuntos que requerem aprofundamento em um debate pluralista e que surgiram no IGF de 2009 incluem o desenvolvimento de padrões globais de privacidade, alfabetização e formação de usuários, o futuro do arquivo da zona raiz, e uma agenda de desenvolvimento para a governança da Internet.

## **3. Sessões plenárias sobre desenvolvimento e sobre direitos humanos**

Como já mencionado, acreditamos que uma sessão plenária sobre direitos humanos na governança da Internet e sobre uma agenda de desenvolvimento para a governança da Internet deveriam ser incluídas no próximo IGF. Propomos que um esboço resumindo os temas que podem constituir a agenda de desenvolvimento no IGF seja elaborado e discutido antes da consulta aberta de fevereiro de 2010. Este poderá então ser apresentado para o debate nos IGFs regionais.

## **4. Apoio efetivo ao secretariado do IGF**

Ao longo dos anos o IGF desenvolveu um ecossistema adaptativo no qual todos os atores podem interagir nos mesmos termos. Esta é uma dimensão importante que depende da condução cuidadosa e qualificada realizada pelo secretariado do IGF sob a liderança efetiva e diplomática de Nitin Desai e Markus Kummer. O papel vital para o êxito do IGF do seu secretariado não pode ser subestimado. Ouvimos nos corredores do IGF que o status do secretariado deveria mudar de algum modo e ser mais firmemente vinculado no sistema da ONU. Pensamos que o IGF deveria continuar a operar sob os auspícios da ONU mas sempre buscando aprofundar sua natureza pluralista. Se o IGF deve continuar a ter êxito e avançar mais no cumprimento de seu mandato, o secretariado necessita de apoio mais efetivo.

Alguns participantes acreditam que os países que dão apoio financeiro ao IGF deveriam ter mais influência sobre seu programa anual como consequência do seu apoio financeiro ao secretariado. Não concordamos com isso. O secretariado do IGF requer independência em relação a qualquer influência inadequada. Propomos que um termo de referência sobre doações deva ser definido para proteger a independência do secretariado. Além disso, deveria haver um fundo de apoio a viagens para palestrantes de países em desenvolvimento que seja acessível e gerenciado de modo transparente por um grupo pluralista, evitando assim que qualquer influência específica possa interferir na seleção de participantes apoiados pelo mesmo.

## **6. Reuniões do MAG (*Multi-Stakeholder Advisory Group*) e consultas abertas**

Propomos que a consulta aberta seja ampliada para dois dias e que a reunião privada do Grupo Consultivo Pluralista (MAG) seja de apenas um dia. Isto maximizará a abertura do processo pelo qual os insumos são recebidos e discutidos.

## **7. Formatos inovadores e criativos para as reuniões**

Recomendamos que o IGF continue a desenvolver formatos de reuniões criativos e inovadores. As sugestões feitas no início do ano nas consultas abertas sobre o programa do IGF para que houvessem mesas redondas de discussão com o objetivo de construir consensos sobre assuntos como acessibilidade, acesso ou proteção à criança, não foram implementadas. As supersessões foram um avanço e por terem tido três horas de duração facilitaram uma melhor presença dos participantes remotos nas oficinas. Consideramos que uma nova tentativa de experimentar as mesas redondas de discussão deveria ser feita no V IGF.

## **8. Aprender da experiência na avaliação e na visão de futuro**

Encorajamos o secretariado e os países sedes dos quatro primeiros IGFs, Grécia, Brasil, Índia e Egito, a reunirem-se para compartilhar lições aprendidas ao sediar os IGFs e produzirem um relatório a ser entregue ao Secretário Geral da ONU e à Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) como parte dos insumos para a continuação do IGF.

Finalmente, queremos agradecer todos que contribuíram para o IV IGF: o governo do Egito, o secretariado do IGF, o MAG, as coalizões dinâmicas e os organizadores de oficinas, os que contribuíram com apoio financeiro, palestrantes e moderadores, os voluntários egípcios que forneceram apoio logístico e técnico, e todos os participantes do IGF que contribuíram para fazer deste um evento único.